

REPRESENTAÇÕES DE MASCULINIDADE EM OPOSIÇÃO ÀS
REPRESENTAÇÕES DE FEMINILIDADE: ALGUNS
DESDOBRAMENTOS DO MODELO PATRIARCAL NUMA
CAPITAL AMAZÔNICA

REPRESENTATIONS OF MALE IN OPPOSITION TO THE
REPRESENTATIONS OF FEMALE: SOME UNFOLDINGS OF
PATRIARCAL MODEL IN AN AMAZONIAN CAPITAL

AUDREI VIEIRA DE ALENCAR¹

Recebido em: 15/04/2011

Aprovado em: 28/11/2011

RESUMO

Este artigo traz contribuições teóricas e de campo acerca das representações de feminilidade e de masculinidade. As vivências sexuais, em sua condição de vivência humana, são permeadas e condicionadas por processos de cunho sócio-cultural e por toda uma trajetória histórica de vida, que produzem determinada experiência sexual e não outra. São parâmetros que se infiltram na tessitura social e influenciam fortemente as representações e performances sexuais. Considerando as bases patriarcais da sociedade brasileira, as representações de gênero se situam dentro de um padrão de hierarquização que engloba as performances do imaginário sexual, circunscritas em relações de poder e de dominação: o que é ser homem, o que é ser mulher. Embora o sistema patriarcal já não seja mais determinante na sociedade brasileira, suas determinações continuam a se manifestar nas falas dos/as interlocutores/as desta pesquisa, realizada na cidade de Belém. E esses desdobramentos práticos, em sua maioria, ficam muito visíveis na linguagem cotidiana, que deixa transparecer o caráter hierárquico das relações de gênero.

Palavras-chave: Sexualidade; Masculinidade; Feminilidade; Patriarcado; Linguagem.

ABSTRACT

This article brings theoretical and of field contributions concerning male and female representations. The sexual experiences, in its condition of experience human being, mixed and conditioned by processes of partner-cultural matrix and by all a historical trajectory of life, which produces one experience sexual and not another one. They are parameters that infiltrate itself in the social nets and influence the sexual representations and performances strongly. Considering the patriarchal base of the Brazilian society, the representations of sort if point out inside of a standard that reach the performances and imaginary of sexuality, in relations of being able and domination: what it is to be man, what is to be woman. Although the patriarchal structure already is not more determinative in the Brazilian society, its determination continues to reveal itself in the you say of the interviewed to them of this research, carried through in the city of Belém. And these practical unfoldings, in its majority, are very visible in the daily language, that leaves to be transparent the hierarchic character of the sort relations.

Keywords: Sexuality; Male; Female; Patriarchalism; Language.

1 Introdução

O presente artigo busca delinear algumas articulações entre as representações de feminilidade e de masculinidade observadas em trabalho de campo, realizado no segundo semestre

do ano de 2010, na cidade de Belém, e o modelo patriarcal, que já não rege a organização social brasileira há muitas décadas. Desenvolveu-se esta pesquisa para comunicação oral no IV Colóquio Internacional de Varones y Masculinidades – realizado em Montevideo, Uru-

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará. E-mail: audrei@ufpa.br

guai, 2011 – e também como subsídio para a dissertação de mestrado, cuja finalização está prevista para o início de 2012. O artigo se divide em quatro partes: após esta breve introdução, fala-se um pouco sobre quem são os/as interlocutores/as da pesquisa; em seguida articula-se um panorama teórico sobre relações de gênero e de patriarcado, no qual este trabalho se insere; e, por fim, esboçam-se aproximações entre a pesquisa de campo e o aporte teórico, que inclui outras obras além das que discorrem sobre o modelo patriarcal, a fim de clarificar as articulações entre este sistema e as representações de feminilidade e de masculinidade dos/as entrevistados/as deste estudo dentro de um contexto mais atual.

Os aspectos biológicos e fisiológicos característicos dos sexos são diferenças que se limitam aos corpos; entretanto, a sociedade tece desdobramentos sobre essas diferenciações, que, por sua vez, influenciam as relações sociais. Tais representações sociais de masculinidade e de feminilidade regulam as relações entre as pessoas e ditam comportamentos a partir de uma distribuição desigual de valor e de poder. Assim, a sexualidade se sujeita à apreciação dessas representações, comumente expressas em termos assimétricos para homens e para mulheres. Os conceitos de feminilidade, masculinidade, gênero, sexo e sexualidade, dentre outros, serão explicitados no decorrer do artigo, para uma melhor compreensão da abordagem utilizada.

Trabalhar questões de gênero no contexto amazônico envolve chamar atenção para o pouco interesse com o qual essa temática foi tratada pelos/as pesquisadores/as e prosseguir na luta contra o silêncio no qual ainda permanecem estas mulheres e estes homens, seus saberes e suas condições de vida (ÁLVARES; D'INCAO, 1995). As articulações, no âmbito do domínio público – que envolve trabalho, posicionamento político, emancipação etc. –, repre-

sentam uma difícil conciliação para as mulheres, especialmente na região amazônica, de forte tradição machista, de baixa escolaridade para as mulheres (principalmente nas zonas rurais) e de passado coronelista, entre outros fatores (Álvares, 2008, 1995). E, como “os estudos referentes a gênero e ao trabalho das mulheres amazônidas foram, por muito tempo, deixados de lado pelos debates antropológicos e demais ciências sociais” (Silva; Simonian, 2006, p. 1), este estudo busca esboçar uma contribuição nesse sentido.

Para tanto, esta pesquisa teve como objetivo geral identificar formas pelas quais o modelo patriarcal se manifesta nas representações de feminilidade e de masculinidade de mulheres e de homens residentes na cidade de Belém, capital do estado do Pará, na Amazônia brasileira. Com esse intuito, os objetivos específicos foram: estudar fundamentos teóricos subjacentes às relações de gênero e ao modelo patriarcal; e realizar trabalho de campo com homens e mulheres de Belém para tentar identificar suas representações de feminilidade e de masculinidade.

Sabe-se que há insurreição ao modelo de subserviência ditado por uma organização social baseada no patriarcado, isso conduz a alterações nas representações de gênero, apesar das hierarquias engessadas que regem a divisão sexual do trabalho e a diferenciação dos papéis (D'Incao, 1997). Assim, surge o problema de como as representações de feminilidade e de masculinidade se articulam com os desdobramentos do modelo patriarcal no imaginário de homens e de mulheres moradores/as da cidade de Belém. Será que o patriarcado realmente ficou para trás? Se esse modelo de organização social ainda se manifesta, de que formas isso acontece?

A metodologia deste estudo englobou pesquisa bibliográfica e de campo. Na primeira, trabalhou-se com as proposições dos seguintes autores: Brasil (2009), Elias (1994), Foucault

(1999, 1979), Fry (1982), Goldenberg (1991), Heilborn (2006, 1999), Hirata e Kergoat (2007), Parker (1991), Rubin (1975), Scott (2000, 1995, 1994, 1990) e Welzer-Lang (2004), com o intuito de compreender os fundamentos teóricos subjacentes às relações de gênero e ao modelo patriarcal. Na pesquisa de campo, realizada de agosto a outubro de 2010, foram entrevistados trinta homens e mulheres das camadas médias e populares da cidade de Belém, a fim de identificar suas representações de feminilidade e de masculinidade. Tais interlocutores/as foram apresentados, ao projeto de pesquisa, por pessoas conhecidas que tomaram ciência da possível realização do mesmo, ao que se seguiram as entrevistas semiestruturadas, que se realizaram na residência dos entrevistados/as. Por fim e também durante o trabalho de campo, foi articulado o material dos dois momentos da pesquisa para delinear algumas formas pelas quais o modelo patriarcal se manifesta nas representações de feminilidade e de masculinidade desses/as atores/atrizes, o que se finalizou ao término do mês de novembro, ainda no ano de 2010.

2 As/os interlocutoras/es da pesquisa

Com o intuito de contribuir para uma melhor compreensão do texto, acredita-se que seja importante tecer uma breve descrição do contexto no qual se desenvolveu a pesquisa de campo, bem como algumas dificuldades de pesquisar as representações de masculinidade e de feminilidade e, principalmente, quem são as/os atrizes/atores que permitiram o desenvolvimento deste trabalho.

No princípio, quanto às diferenciações de gênero, o foco do estudo não era exatamente a sexualidade. Contudo, ao adentrar nos estudos de gênero, descobriram-se suas inter-relações com fatores como raça, classe, sexo e sexualidade, dentre outros (STOLKE, 2006). E para além do âmbito teórico, logo

ficou patente, nos intercursos do trabalho de campo, que as representações da sexualidade figuravam, nas falas dos/as interlocutores/as, com tal intensidade, que seria impossível não lhes atribuir o devido destaque.

A pesquisa de campo começou com entrevistas formais e informais com homens e com mulheres das camadas médias e populares da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Tais entrevistas foram em número de 3 a 5 por interlocutor/a e duraram de 1 a 2 horas. Muitos dos/as interlocutores/as apresentavam falas recorrentes, que me permitiam aproximações entre suas representações de feminilidade e de masculinidade, por isso destacou-se, neste trabalho, apenas os mais relevantes, de forma a evitar a repetições nos relatos.

Ao trabalhar com as representações de gênero, adentrou-se uma realidade delicada e, muitas vezes polêmica, que envolve padrões culturais comumente contraditórios, construções ideológicas e sistemas de crenças que compõem a sexualidade. Por isso, confiança e amizade foram fundamentais, já que compreender as representações de gênero não é tarefa simples, devido à sua própria construção permeada por tabus, proibições e silêncios. Além disso, deixou-se claro, desde o primeiro momento, para os/as interlocutores/as, que seria resguardado sigilo absoluto e que na escrita os nomes atribuídos seriam fictícios, bem como as informações sócio-econômicas seriam limitadas, de forma a evitar quaisquer identificações.

Na maioria das vezes, os/as interlocutores/as exprimiam falas diferenciadas quando em contexto de entrevista formal. Contudo, em momentos mais descontraídos, como caminhadas e conversas sobre amenidades, após os encontros, principalmente ao falar de outras pessoas e de outras situações, os desdobramentos do sistema patriarcal transpareciam em suas palavras e gestos. Dedicou-se especial atenção a esses momentos informais, por considerá-los

de grande relevância para a pesquisa e fonte importante de dados. Grande parte dos trechos de entrevista narrados expressa o resultado desses momentos.

Claro que esta é apenas uma maneira, dentre muitas, de analisar a riqueza de significados de feminilidade e de masculinidade que, por sua própria complexidade, desperta fortemente a curiosidade epistemológica. Na tabela a

seguir, os/as interlocutores/as são identificados/as de forma sucinta, trazendo-se uma lista em ordem alfabética, para referência dos/das leitores/as. Com o intuito de resguardar o anonimato, os nomes são apenas pseudônimos e as informações adicionais se restringem aos dados principais, na forma das descrições dos/das próprios/as interlocutores/as.

Pseudônimo	Idade	Camada a que Pertence	Demais Informações
Bena	36 anos	Camadas Médias	Casada, mãe de três filhos e de uma filha, professora universitária, de criação familiar tradicional. O marido também é professor universitário, e os filhos são estudantes. Ela tem uma pessoa que faz os serviços domésticos na sua casa e raramente os executa, mas ensina a filha a fazê-los e também aos filhos, embora, em relação a estes, a exigência seja bem menor nesse sentido. Ela e o marido enfatizam a importância dos filhos casarem, estudarem e, de preferência, seguirem carreira acadêmica. Bena vem de uma família de muitos filhos, afirma que seus pais eram extremamente machistas e de forte inclinação religiosa.
Eliane	21 anos	Camadas Médias	Estudante universitária de criação liberal. Teve um filho aos 17 anos, mas o pai deste não quis casar-se com ela, o que era esperado pela família e por ela própria. Desde então, Eliane tem dificuldade em manter relacionamentos e afirma que os rapazes não querem levá-la a sério porque já tem filho. Os pais e demais familiares também compartilham dessa opinião.

Quadro 1 - Dados dos interlocutores

Fernando	48 anos	Camadas Médias	Casado, pai de três filhos e de duas filhas. Considera-se machista, por afirmar ser essa a ordem das coisas e dizer que não poderia ser o contrário, senão “o mundo ficaria de pernas pro ar”. Levou os três filhos para se iniciar sexualmente em prostíbulos e estimula seus intercursos com mulheres até hoje, embora os dois mais velhos sejam casados. Já em relação às filhas, exerce rigoroso controle sobre seus comportamentos, acredita que elas estão com a “virtude” protegida até casar e afirma que se “algum safado fizer mal a elas, eu mato”. Trabalha na indústria e, no passado, sua família teve fortuna.
Jessica	17 anos	Camadas Populares	Estudante e filha mais velha de seis irmãos, cuja mãe é dona-de-casa e o pai operário. Os pais e os irmãos controlam de perto seus passos e não querem que ela namore, pelo menos por enquanto. A mãe parece ser mais compreensiva, sabe a respeito dos relacionamentos dela e mantém isso oculto dos demais; mas afirma que Jessica precisa “manter pelo menos a cara e o jeito de virgem”. Ela mora numa comunidade cujos familiares e vizinhos são muito próximos, interferem nas vidas uns dos outros e auxiliam no controle exercido pela família nuclear. Ela quer muito se casar e acredita que uma gravidez antes do casamento pode acabar com esses planos, em consonância com o pensamento de seus familiares e conhecidos.
Maria	41 anos	Camadas Populares	Empregada doméstica, trabalha desde os nove anos de idade, em casas de famílias, têm três filhas adultas. Viúva do primeiro marido e vivendo com o segundo, demonstra ter a idéia de que “toda mulher tem que ter um homem”, tanto por respeitabilidade como por apoio emocional e financeiro. Frequentadora assídua da igreja, cujos confrades também compartilham uma hierarquia de gênero, com papéis bem diferentes para homens e para mulheres.

Quadro 1 - Dados dos interlocutores

Nazaré	48 anos	Camadas Médias	Dona-de-casa, casada, cuja família de origem pertence às camadas populares. Tem um casal de filhos, faz os serviços domésticos com o auxílio da filha, obedece ao marido e acompanha de perto a vida dos filhos. O marido é empresário e considera responsabilidade dela tudo o que diz respeito ao lar e à família, fazendo cobranças nesse sentido.
Ramira	53 anos	Camadas Médias	Separada, médica, sua família teve muitas dificuldades financeiras na sua infância e na sua adolescência. Tem dois filhos e duas filhas. Afirmar dar educação igual a eles, mas só as filhas fazem trabalho doméstico e têm suas saídas e relacionamentos regulados por ela e pelos irmãos. Só os filhos dirigem, e Ramira e as filhas só saem de casa com eles dirigindo os carros.
Renata	19 anos	Camadas Populares	Estudante universitária, filha única de pais separados. Esconde de todos que não é mais virgem, o que afirma ser imperdoável pelos pais, que consideram isso equivalente a “estragar a vida de uma moça”.
Rodolfo	26 anos	Camadas Populares	Funcionário público, cuja família já teve muitas dificuldades financeiras, teve criação tradicional e forte ênfase religiosa. Seus pais agem de acordo com uma distinção bem nítida de papéis: embora ambos trabalhem, a renda da mãe é menor e ela é responsável pelo cuidado com a casa e com os membros da família, que ainda engloba dois irmãos mais jovens. Ele tem uma namorada de quem cobra comportamentos semelhantes aos que observa na mãe.

Quadro 1 - Dados dos interlocutores

Cabe, ainda, esclarecer os critérios utilizados para incluir os/as interlocutores/as nessas duas classificações de camadas. Consideraram-se, em termos gerais, as concepções de Bourdieu e de Guimarães, respectivamente apresentadas a seguir: “as classes popula-

res, reduzidas aos bens e às virtudes de “primeira necessidade”, reivindicam a limpeza e a comodidade, [e] as classes médias, já mais liberadas da urgência, desejam um interior [...] íntimo, confortável ou cuidado, ou um vestuário na moda e original” (ORTIZ, 1983, p. 85).

Além disso,

[...] o termo “classe” pode ser compreendido como pertencendo à ordem da desigualdade de direitos, da distribuição da honra e do prestígio sociais, em sociedades capitalistas e modernas, onde permaneceu razoavelmente intacta uma ordem hierárquica de privilégios (GUIMARÃES, 2002, p. 43).

Em todos os casos, considerou-se a própria percepção dos/as entrevistados/as, ou seja, eles/elas afirmaram pertencer a uma ou a outra camada; como foi possível a oportunidade de visitar as casas deles/delas, pode-se também observar, um pouco, os ambientes e os estilos de vida, o que também foi corroborado pelas conversas. Assim, a própria identificação deles/delas também encontrou consonância com a que lhes foi atribuída.

3 Contexto teórico sobre relações de gênero e sobre modelo patriarcal

A palavra gênero apareceu no movimento feminista americano, com o intuito de ressaltar a construção sócio-cultural da distinção sexual e de transformar os paradigmas de estudo que não atribuíam legitimidade acadêmica aos “estudos de mulheres”. Para tanto, a compreensão requeria uma análise interligada dos sexos, assim como um atrelamento com outras categorias como classe – embora esta se baseie no trabalho de Marx e em seus desdobramentos, cuja matriz é a economia – e como raça. Em tal configuração, gênero “indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito de uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava, igualmente, o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade” (SCOTT, 1995, p. 72).

Dentre os direcionamentos teóricos que ganharam visibilidade nesse sentido, destaca-se o trabalho

de Rubin (1975), no erguer na segunda onda do movimento feminista, que diferencia o sexo biológico da sua construção social, o gênero – este entendido como “conjunto de arranjos através dos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produto da atividade humana” (p. 167). Contudo, Scott (1990) faz uma ressalva a essa abordagem de Rubin, que limita a compreensão do gênero à circunferência do parentesco, já que, para mudar os paradigmas históricos que privilegiam o masculino, é necessário atingir esferas mais amplas da sociedade humana, como economia e política. Assim, para a autora, gênero está atrelado à organização social e é resultado de delineamentos políticos. Desse modo, a articulação entre saber e poder fornece, ao movimento feminista, as ferramentas para lidar com as diferenças sexuais, ao ver a dinâmica dos processos de dominação e de subordinação em suas múltiplas causas.

Os relatos históricos trazem uma forma de olhar para os processos que conduzem às concepções de gênero. Para Scott (2000), se o intuito é escapar às tradições hierárquicas que apreendem a sociedade de modos naturalizados e universais, predominantemente masculinos, a crítica mais afinada é a teoria pós-estruturalista. Desse modo, homem e mulher não devem ser analisados separadamente, já que tal modo de olhar pode reforçar o lugar marginalizado do feminino ao invés de efetivamente tirá-lo desta condição – daí a sua crítica aos “estudos de mulheres” desenvolvidos na década de 70, que reconheceram a história das mulheres, mas permaneceram apartados da prática histórica, política e econômica (SCOTT, 1994). A análise engessada na fixidez de estruturas e instituições dificulta o processo dinâmico de compreender, subjetivamente, como se delineiam significados e identidades. Assim, para a autora, a compreensão do gênero pode ser vista sob três linhas teóricas:

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as causas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação com o objeto [...], se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (1995, p. 77).

A crítica às teorias do patriarcado reside, entre outros aspectos, na ausência de relação das desigualdades de gênero com as demais desigualdades e na limitação às diferenças físicas e à objetificação das mulheres, o que mostra, com fixidez, um processo que deve ser analisado em sua dinamicidade. Contudo, Scott reconhece, assim como foi indicado nessa fase, “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, [...] ele é criado nesse e por esse mundo masculino” (1995, p. 71).

As de tradição marxista, que privilegiam a abordagem histórica – já que é no contexto histórico que se produz as sexualidades, de acordo com Foucault (1999) –, consideram que o sistema econômico e o de gênero se articulam para reproduzir a ordem social de dominação masculina e para atrelar as relações entre os sexos às relações de produção. Assim, o gênero não adquire uma condição autônoma, pois permanece subordinado às estruturas econômicas. Entretanto, “para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança” (SCOTT, 1995, p. 86).

Já as teorias psicanalíticas buscam entender os processos de criação das identidades de gênero dos sujeitos, o que restringe a compreensão ao âmbito familiar e doméstico, em detrimento

dos demais lugares sociais nos quais os significados se constituem. Contudo, para a autora, “em vez da busca de origens únicas, temos que pensar nos processos como estando tão interconectados que não podem ser separados. [...] São os processos que devemos ter sempre em mente” (SCOTT, 1995, p. 85-86).

No entanto, todas essas correntes trouxeram grandes contribuições para a causa feminista, que é

uma história da recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações. Os/as historiadores/as feministas estão agora bem posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica (SCOTT, 1995, p. 84).

A concepção de gênero se desenvolveu por meio dos intercursos entre movimentos feministas e pesquisadoras interessadas nesse tema, oriundas de diversas áreas, tais como história, sociologia, antropologia, ciência política, demografia etc. A filósofa Simone de Beauvoir também contribuiu para a reflexão acerca das desigualdades entre homens e mulheres e para a rejeição da naturalização, aqui entendida pela forma como

[...] idéias, valores e regras sociais (produzidos por homens e mulheres em contextos históricos) são transmitidos, justificados e adotados como se existissem independentes da ação humana, como se fossem imposições externas (“naturais”) que não podem ser evitadas, combatidas ou modificadas, sob o risco de alterarem essa ordem “natural” que garantiria a estabilidade e a reprodução da sociedade. Uma construção naturalizada é percebida como dado inquestionável da realidade, quando de fato as condições de ela ser considerada verdadeira são o resultado de um processo social (BRASIL, 2009, p. 119).

Ademais, as contribuições das pesquisadoras francesas Christine Delphy e Danièle Kergoat (Hirata e Kergoat, 2007) também foram significativas para a conceituação de gênero, principalmente no que tange à divisão sexual do trabalho doméstico. Elas afirmaram que a naturalização desse trabalho como feminino gera a exploração gratuita do trabalho das mulheres no âmbito do lar. Assim, “a sociedade como um todo não reconhece ser o trabalho doméstico gerador de riqueza, uma vez que a garantia de atendimento das necessidades de alimentação, repouso e conforto possibilitam a dedicação ao trabalho externo e à produção” (BRASIL, 2009, p. 43). Portanto, utiliza-se, neste trabalho, um conceito de gênero que se expressa de duas formas, uma mais simplificada e uma mais elaborada, como se vê respectivamente a seguir.

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos (BRASIL, 2009, p. 39).

Para Joan Scott (1995, p. 86), gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Além desses dois aspectos, é necessário fugir da idéia de fixidez e de atrelamento à visão binária, a fim de alcançar a organização social, as instituições políticas e a economia (o que configura o terceiro aspecto do conceito de gênero), bem como compreender os processos constitutivos das identidades subjetivas (quarto aspecto), já que “os

homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de sua sociedade ou de suas categorias analíticas” (p. 88). Gênero, portanto, envolve esses quatro elementos articulados entre si, e suas complexas articulações.

De forma correlata ao gênero, o poder é uma prática social constituída historicamente, cujas manifestações se transmutam com frequência e, portanto, não pode ser teorizado como algo cuja forma é absoluta. Não existe uma teoria geral do poder, uma fórmula ou uma estrutura genérica que o defina ou o explique, de forma estática ou definitiva. Não há algo unitário e global chamado poder, mas sim formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não fica retido nas mãos de alguém ou nos domínios de uma instituição.

Daí a importante e polêmica idéia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado aqueles que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona (FOUCAULT, 1979, p. 14).

Desse modo, nas análises de gênero, também é necessário compreender o fenômeno de movimentação complexa do poder para além de seus pontos iniciais, assim como a análise dos instrumentos do poder e do próprio processo do seu deslocamento, ambos manifestados na especificidade de cada novo espaço amealhado. Assim, “os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social [...] [e] na medida em que estas referências estabelecem distribuições de poder [...], o gênero torna-se implicado na concep-

ção e na construção do próprio poder” (SCOTT, 1995, p. 88).

Outra dimensão interligada ao gênero, também fruto de um processo histórico e próprio do caráter humano, é a sexualidade. Nesse sentido, duas referências são Elias (1994) e Foucault (1999). Elias descreve a trajetória histórica de instituição de padrões de nojo, pudor e privacidade, cruciais para a compreensão moderna da sexualidade. É interessante como o autor coloca que certos comportamentos são aceitos, em determinados momentos da história, e em outros não. Portanto,

Sexualidade e gênero são dimensões diferentes que integram a identidade pessoal de cada indivíduo. Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construídas em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas e femininas (BRASIL, 2009, p. 46).

Já Foucault constrói um histórico da sexualidade a partir do século XVIII, quando o ato sexual e seu decorrente prazer adquirem caráter próprio, e inaugura-se a sexualidade como campo de estudo. Com a concepção de modernidade, surgem vários discursos, permeados por questões várias, tais como desejo, orientação sexual, etc. Nesta pesquisa, são usados os conceitos abaixo para designar sexualidade:

[A noção de sexualidade] refere-se às elaborações culturais sobre os prazeres e os intercâmbios sociais e corporais que compreendem desde o erotismo, o desejo e o afeto até noções relativas à saúde, à reprodução, ao uso de tecnologias e ao exercício do poder na sociedade. As definições atuais da sexualidade abarcam, nas ciências sociais, significados, ide-

ais, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias que são configurados de modos diversos em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Trata-se, portanto, de um conceito dinâmico que vai evoluindo e que está sujeito a diversos usos, múltiplas e contraditórias interpretações, e que se encontra sujeito a debates e a disputas políticas (BRASIL, 2009, p. 112).

Sexualidade é o termo abstrato utilizado para se referir às capacidades associadas ao sexo. [...] A palavra pode designar uma prática – “fazer sexo” ou “manter relações sexuais com alguém” – assim como pode indicar um conjunto de atributos fisiológicos, órgãos e capacidades reprodutivas que permitem classificar e definir categorias distintas de pessoas – como “do mesmo sexo”, “do sexo oposto” – segundo características específicas atribuídas a seus corpos, a suas atitudes e a comportamentos (BRASIL, 2009, p. 116).

As vivências sexuais, em sua condição de vivência humana, são permeadas e condicionadas por processos sócio-culturais e por histórias de vida, que produzem determinada experiência sexual e não outra. Na compreensão da complexidade desses processos, um conceito fundamental é o de sistema de referência, ou seja, de “perspectivas culturalmente constituídas ou pontos preponderantes, dos quais os brasileiros se utilizam na construção e interpretação de suas próprias experiências” (PARKER, 1991, p. 14).

Trata-se de parâmetros que se infiltram nas malhas da tessitura social e influenciam fortemente as representações de feminilidade e de masculinidade. Contudo, delinea-las, em seus múltiplos desdobramentos e camadas de significados, não é fácil. Portanto, neste estudo não se atribuirão conceitos para masculinidade e para feminilidade, e sim se utilizará a concepção de

identidade de gênero, que “diz respeito à percepção subjetiva de ser masculino ou feminino, conforme os atributos, os comportamentos e os papéis convencionalmente estabelecidos para homens e mulheres” (BRASIL, 2009, p. 119), que é mais adequada às discussões abordadas nesta pesquisa.

Outro autor relevante nessa discussão é Peter Fry (1982), que também se refere aos sistemas de classificação para apreender as práticas sexuais. Para Fry, os sistemas de classificação não se ligam, obrigatoriamente, à natureza ou à essência da pessoa, mas se referem aos diversos significados e representações – que variam conforme a cultura e o período histórico – construídos social e historicamente pelos indivíduos.

Para adentrar a realidade sexual brasileira, é interessante voltar aos mitos de origem presentes na história do Brasil. As visões européias dos nativos brasileiros, cheios de beleza e de inocência, em meio à natureza intocada, deram ao país um ar de paraíso terrestre. Contudo, muitas leituras de europeus se focaram na selvageria dos recém-encontrados, nas suas práticas pecaminosas, compondo uma visão do país como um inferno verde. “Era uma visão centrada na questão da vida sexual, na sensualidade e no erotismo, não menos que no potencial óbvio da utilização econômica e da colonização” (PARKER, 1991, p. 33).

Posteriormente, as representações de feminilidade e de masculinidade, dentro do sistema patriarcal, se desdobravam, no Brasil, em termos de diferenciação e de oposição. O poder e a autoridade do patriarca eram inquestionáveis, ao passo que suas mulheres, filhas, amantes e empregadas não detinham poder nenhum. Tais diferenças entre homens e mulheres eram naturalizadas, absolutas, pertencentes à ordem do imutável. Trata-se claramente de uma designação de cunho político, que articula gênero, poder, organização social, entre outros aspectos, conforme já foi discutido anteriormente.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da relação homem/mulher; ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro (SCOTT, 1995, p. 92).

Tais diferenciações se reproduziam no patriarcado, como disposição natural das coisas e não como resultado de ações humanas. E, assim, se delineavam assimetrias de gênero, entendidas, neste trabalho, como “desigualdades de oportunidades, condições e direitos entre homens e mulheres, gerando uma hierarquia de gênero” (BRASIL, 2009, p. 43). A liberdade sexual do homem era quase total, enquanto a da mulher era extremamente limitada. A casa, o ambiente privado, era o local feminino, servindo de fortaleza e até de prisão; a rua, o ambiente público, era o local de domínio masculino.

Com o poder investido inteiramente em suas mãos, o homem era caracterizado em termos de superioridade, força, virilidade, atividade, potencial para a violência e o legítimo uso da força; a mulher, em contraste, em termos de sua evidente inferioridade, como sendo em todos os sentidos o mais fraco dos dois sexos – bela e desejável, mas de qualquer modo sujeita à absoluta dominação do patriarca (PARKER, 1991, p. 58).

O padrão duplo de moralidade permeava as relações entre os sexos: o senhor tinha disponível sua esposa para fins de procriação e suas escravas para deleite sexual, afora prostitutas e

demais mulheres acessíveis sexualmente; o filho do patriarca era estimulado às iniciações sexuais e às procriações, que engrossavam a força de trabalho das propriedades; contudo, a filha tinha sua liberdade severamente restrita com intuito de preservar a virgindade (a ser usada como bem de troca num casamento), e a honra da família estava atrelada a essa preservação. Nesse contexto,

Elaborou-se uma caracterização mais diversificada da mulher, encadeando, mas ao mesmo tempo diferenciando visões da esposa e mãe legítimas, de um lado, das imagens da concubina, de outro [...] [o que] permitiu que a noção de mulher, como uma estrutura ideológica, fosse muito mais facilmente manipulada, numa variedade de maneiras, para reforçar e legitimar a estrutura de dominação patriarcal (PARKER, 1991, p. 62).

As estruturas do sistema patriarcal continuam influenciando as compreensões dos brasileiros e brasileiras contemporâneos, principalmente no âmbito das representações de masculinidade e de feminilidade. E esses desdobramentos práticos, em sua maioria, ficam muito visíveis na linguagem do dia-a-dia, que deixa transparecer o caráter hierárquico das relações de gênero.

É perceptível o componente de força e agressividade presente nas expressões referentes aos genitais masculinos, bem como o componente de inferioridade em relação aos genitais femininos. O pênis simboliza uma espécie de arma a ser empunhada, associada à violência e à agressão, e seu portador, assim, assume um caráter de virilidade, força e potência, que fundamenta sua superioridade. A vagina traz uma simbologia voltada para a sujeira, a contaminação, o mau cheiro e o perigo, que se estende à mulher que a possui: inferior, perigosa,

misteriosa e contaminada. A oposição e a diferenciação estão aí fortemente marcadas:

Tomados juntos, esses complexos simbólicos simultaneamente ligam-se e se separam. Eles definem macho e fêmea como categorias opostas, relacionadas hierarquicamente dentro de um sistema de valores culturais. Mas, ao mesmo tempo, unem os dois através da ameaça que cada um significa potencialmente para o outro – tanto pelos ataques violentos, sempre prontos a serem desencadeados do macho contra a fêmea, quanto por meio da contaminação física e até espiritual que passa da fêmea para o macho (PARKER, 1991, p. 70).

Essas representações de masculinidade – ativa, superior e dominante – e de feminilidade – passiva, inferior e dominada – também estão presentes nas expressões relativas ao sexo. Assim, existem dois desenhos distintos: o homem penetra a fêmea, de forma ativa e dominador, a mulher se oferece para a penetração e para o deleite do macho, de modo passivo e dominado. O ato sexual se circunscreve, então, em relações hierárquicas de poder e dominação:

A importância dessa distinção entre atividade e passividade é particularmente evidente na linguagem usada para descrever o próprio sexo. [...] Assim como comer sugere um ato de controle ou dominação, dar (ou seu sinônimo entregar) conota um processo de submissão e subjugação. [...] [Assim, se] codifica, simultaneamente, num idioma sexual, um sistema de valores culturais, um conjunto de relacionamentos sociais. Como termos e expressões sinônimas, desenvolve um campo de poder e organiza esse campo em torno dos pólos de atividade e passividade definidos culturalmente, os quais se traduzem em noções muito contrastantes de masculinidade e feminilidade (PARKER, 1991, p. 71-72).

A cultura condiciona o sujeito a pensar a si e aos outros em termos de corpo e de sexualidade, a partir da influência sócio-cultural e da história da sociedade brasileira, consubstanciadas na linguagem contemporânea. Essas manifestações orais traduzem as noções de sexualidade presentes no sistema patriarcal. Dessas percepções e representações, derivam categorias socialmente determinadas, que vão compor as hierarquias de gênero:

Noções culturalmente definidas de gênero biológico e papel social são manipuladas, arrançadas e rearrançadas, combinadas numa variedade de maneiras, para construir imagens de masculinidade e feminilidade mais diversas (e, portanto, mais ambíguas) – visões compostas do potencial de macho e fêmea que codificam um sistema mais elaborado de definições sexuais (PARKER, 1991, p. 73).

Os padrões de homem e de mulher se definem em relação um ao outro, mas também em relação a outras figuras, tais como: machão, corno e viado, em comparação, no âmbito masculino; e virgem, piranha e sapatão, em comparação, no âmbito feminino. Tais figuras adquirem matizes positivos ou negativos e desempenham papéis secundários, mas não menos significativos, nas construções das representações de gênero na sociedade brasileira.

A representação do masculino, no Brasil, toma a figura do machão sob uma ótica positiva: forte e poderoso, está sempre predisposto à violência para defender sua honra; é viril e potente sexualmente, com grande capacidade de descendência. Assim, a paternidade se associa ao o papel do machão, ambos muito próximos do homem patriarcal, senhor, reproduzidor e onipotente.

Sob um matiz negativo, estão as figuras do viado e do corno, das quais os homens devem se afastar ao máximo, já que estes são “entendidos como machos biológicos que falharam de algu-

ma forma a corresponder ao ideal masculino tão vigorosamente articulado na cultura brasileira” (PARKER, 1991, p. 75-76). São construções negativas, imagens contrárias ao ideal de machão e de pai, de quem não teve competência para se tornar homem de verdade.

O viado desempenha um papel passivo, simbolicamente feminino, e representa uma anomalia do macho, já que o viado não consegue vivenciar a virilidade e a agressividade próprias do machão. Contudo, o homem pode conservar relações com outros homens, sem se tornar viado, desde que mantenha seu papel ativo de penetrador e de dominador.

A estrutura das relações de macho e fêmea no Brasil serviu também, dessa maneira, como modelo para interações do mesmo sexo. [...] Enquanto o parceiro ativo nas relações do mesmo sexo [...] [é] capaz, devido a sua atividade sexual, de manter uma identidade essencialmente masculina, por outro lado, [...] o parceiro passivo [...] é desvirilizado e torna-se, através de sua atuação, uma fêmea simbólica. [...] Ele constitui uma anomalia perigosa e perturbadora: genitalmente homem, mas tendo abandonado a verdadeira identidade de homem como machão e pai por ter adotado um papel sexual passivo, a bicha se torna uma espécie de animal fêmea, não pertencendo nem a uma nem a outra categoria da vida humana normal (PARKER, 1991, p. 78).

Assim como o viado, o corno também se mostra como um personagem cuja masculinidade caiu por terra com a traição da mulher. A concepção de passividade aí se intensifica, juntamente com a impotência diante do fato, contrariamente ao ideário de ativo, de agressivo e de poderoso, do machão.

A traição por parte da mulher [...] constitui uma investida violenta, um ataque frontal à identidade masculina do homem, que, quando leva-

da a cabo com sucesso, consegue reduzi-lo ao equivalente moral do viado [...] [já que fica evidente a] incapacidade do corno em proteger e controlar a mulher, a impotência que essa incapacidade implica e na emasculação simbólica que ela produz (PARKER, 1991, p. 80).

Então, surge, efetivamente, a mulher como perigo constante, que ameaça a honra do homem, este visto como vitimizado nesses contextos: “o homem brasileiro não é apenas o dominador inquestionado da ideologia patriarcal, mas uma vítima potencial sempre passível de ataque simbólico, não apenas por outros homens, mas também por mulheres” (PARKER, 1991, p. 82). A mulher, além de inferiorizada, é perigosa, assim como as expressões cotidianas que descrevem a genitália feminina fazem referência ao mistério, à sujeira, à contaminação. Essa compreensão é essencial para o entendimento do pensamento social brasileiro, e, especificamente, para apreender as figuras femininas discutidas a seguir: a virgem, a piranha e o sapatão.

A virgem é entendida como a moça sem experiência sexual, intocada, pura, recanto da inocência. A virgindade deve ser rigorosamente controlada pelos pais e pelos irmãos até o casamento, a partir do qual a honra da mulher e da família passa a ser controlada pelo marido (para evitar a figura do corno).

No contexto tradicional da vida sexual no Brasil, o cabaço se torna assim uma representação essencial não só da sexualidade feminina, mas do controle sobre essa sexualidade, exercido corretamente pelos homens. [...] O cabaço é [...] a marca da dominação masculina, sinal de autoridade do pai e símbolo da honra da família. [...] A perda da virgindade [se mostra] um evento altamente problemático, capaz de trazer à baila não só a inocência da virgem caída, mas a honra da família inteira (PARKER, 1991, p. 83).

É interessante perceber que o contexto torna o ato digno de honra ou de desonra e constitui, novamente, um padrão duplo de moralidade. O ato sexual, no casamento, é uma virtude e torna a mulher uma honrada esposa e mãe; fora do casamento, é pecado e a torna uma piranha, desfrutável e desonrada. No primeiro caso, a mulher é expressão do controle masculino; no segundo caso, questiona esse controle. O papel do homem, de machão, em ambos os contextos, permanece inalterado. A piranha

[...] realmente nega o controle sobre seu comportamento sexual por parte dos homens que deveriam por direito exercê-lo: o pai e os irmãos e, se já casada, o marido. Assim ela solapa a estrutura de poder dentro da qual suas atividades sexuais deviam estar encaixadas e a qual, na ordem natural das coisas, suas ações deveriam em última análise confirmar (PARKER, 1991, p. 84-85).

A figura da piranha deslancha uma permeabilidade de relações sexuais e sociais complexas e contraditórias. Da mesma forma que o homem penetrador, que tem relações sexuais com o viado, mantém seu papel de machão, o homem que mantém relações com a piranha não arrisca sua reputação. Contudo, no caso da mulher, a apreensão dos fatos é outra:

Para a família dela e para os outros indivíduos em cujas vidas ela toca, é vista como agente de destruição, como a mulher que desvia homens, famílias, tudo o que encontra no seu caminho. [...] Ela é tão fundamentalmente destrutiva quanto a mãe é produtiva e é essa destrutividade que torna possível uma extensão do sentido cultural de puta do domínio sexual para o não sexual [...]: expressões como puta e filho ou filha da puta são entendidas metaforicamente como marcas de condenação social e formas de ataque verbal. [...] [A piranha] tanto confirma as identidades masculinas de seus parceiros

quanto, ao mesmo tempo, questiona a estrutura de poder sobre a qual essas identidades se fundamentam [...] [e assume] sua latente e fundamentalmente ameaçadora relação com a masculinidade (PARKER, 1991, p. 85-86).

A figura que mais se distancia do ideal feminino, então, é o sapatão, que mantém relações sexuais e afetivas com outras mulheres. Pelo estilo masculino, é enquadrado na hierarquização de gênero masculino-feminino.

Assim, para ser completamente apreendido e manipulado, tanto intelectual como emocionalmente, o ato sexual entre duas mulheres tem de ser estruturado paralelamente às relações de sexo oposto, em termos de atividade e passividade, penetrar e ser penetrada, dominação e submissão. [...] Mas se a atividade do homem preserva seu status na sociedade, a atividade do sapatão evidentemente não garante o mesmo resultado (PARKER, 1991, p. 88).

De tal modo, as representações de feminilidade e de masculinidade se definem e se estruturam dentro do binômio homem-mulher, em complementação e em oposição, para compor o mesmo sistema, guardadas suas especificidades e variações. Também para Welzer-Lang (2004), uma vez que os homens e o masculino, bem como as mulheres e o feminino, detêm, nos seus desdobramentos, as manifestações da sexualidade humana, é natural que as representações femininas e masculinas da sexualidade se definam e se estruturam dentro desse binômio, se opondo e se complementando. Portanto:

[...] as duas categorias de sexo estão num sistema social caracterizado pelo funcionamento dialético das relações sociais entre os sexos. Temos aqui a verdadeira ruptura em relação às definições essencialistas das categorias de sexo, [...] [que] não são

em si separadas, mas se definem na e pela sua relação (p. 108-109).

O autor coloca os homens e o masculino numa estruturação de gênero, com base em estudos desenvolvidos na França. Para ele, os homens se enquadram em dois tipos: os heterossexuais, considerados normais, e os homossexuais, considerados como os outros, os marginalizados, os que estão fora do padrão dominante. Esse padrão duplo de sexualidade também se configura em oposição e em complementação com as representações femininas, assim como se assenta em uma hierarquia de relações de poder. A representação feminina (presente também na figura do homossexual) é considerada como evitável, já que o padrão esperado de homem faz referência à força, à virilidade, à agressividade e ao poder. Ser homem quer dizer ser ativo, dominante e penetrador – o homem que penetra outros homens não tem sua masculinidade e sua heterossexualidade questionadas.

4 Aproximações entre o Modelo Patriarcal e as Representações de Feminilidade e de Masculinidade das/os Interlocutoras/es

Como já foi discutido anteriormente, as práticas sexuais variam conforme os padrões instituídos por cada sociedade, ou, no dizer de Parker (1991), de acordo com os sistemas de referência. As formas de condicionamento social variam muito entre homens e mulheres, e são influenciadas por fatores outros, como classe social e como roteiros sexuais seguidos pelos sujeitos. Há, claramente, uma relação entre sociedade e sujeito, que promove múltiplas socializações sexuais (Heilborn, 2006). A exemplo do que Elias (1994) descreve em seu livro, em cada momento histórico, existem determinadas ideias dominantes na sociedade, que vigoram para modelar a sexualidade e a apreciação social dos corpos.

Para Fry (1982), a identidade sexual-afetiva da pessoa se desdobra a partir de quatro aspectos: o sexo fisiológico; os papéis de gênero (associados ao sexo fisiológico); o comportamento sexual (ativo ou passivo); e a orientação sexual (heterossexual, homossexual ou bissexual, conforme o objeto de desejo de cada um). De acordo com as classificações percebidas em seu trabalho de campo, em Belém e em outras metrópoles brasileiras, o sistema hierárquico de classificação é bastante generalizado no Brasil: a relação sexual se dá entre elementos desiguais, já que quem penetra é masculino e dominante, ao passo que quem é penetrado é feminino, dominado, inferior. A diferença se dá por meio do papel masculino (ativo) ou feminino (passivo), independentemente do sexo anatômico e da orientação sexual do indivíduo. Novamente, o patriarcalismo se mostra nessa assimetria de gênero.

Os desdobramentos do modelo patriarcal no Brasil se confirmam ainda em várias outras pesquisas, a exemplo de um estudo, sobre a iniciação sexual no Brasil, realizado pela antropóloga Maria Luiza Heilborn (2006, 1999), que reafirma a existência de um duplo padrão de sexualidade entre os sexos no país, em correlação com as discussões corroboradas por Parker (1991).

A assimetria de gênero, que prescreve diferentes condutas para rapazes e para moças, tende a dificultar o acesso a mulheres da mesma idade e classe social para a iniciação sexual, o que gera uma procura por mulheres não exatamente desejáveis na ótica dos rapazes, tais como mulheres mais velhas, prostitutas, empregadas domésticas, ou seja, aquelas que, numa hierarquização de (des)valorização, não são vistas como “mulheres para casar”, e sim como mulheres “fáceis” e “desfrutáveis”. Essas movimentações se ligam também à noção de “necessidade” sexual masculina, de uma proeminência do corpo masculino. Assim, “à ‘necessidade’, urgência do corpo, é acoplado

o desejo de dar satisfação às demandas sociais de mostrar-se homem. A garantia do novo status é fornecida pelo reconhecimento dos pares, que confere legitimidade à passagem” (HEILBORN, 1999, p. 45). O duplo padrão também aparece claramente nas conversas do trabalho de campo.

“Homem é que nem bicho, não pode ver mulher, que fica assim. Mulher é que tem que ter cuidado” (Maria).

“Eu até gostava dela, e tal... mas como eu posso namorar com uma garota que já andou com outros caras? Vão dizer que eu peguei o resto dos outros...” (Rodolfo).

“Primeiro eu achei que não, mas logo descobri que os meninos não se importam de ficar comigo mesmo sabendo que eu tenho filho. Mas quando falo em namoro, eles logo dão um jeito de cair fora. O Alexandre parecia gostar de mim, a gente vivia discutindo por isso... Até o dia que ele me perguntou como ia apresentar pra família dele uma menina que já tem filho de outro cara? Chorei muito, nunca mais a gente se viu depois disso. Soube que ele tá de casamento marcado com uma menina da igreja agora. Acho que nunca... nunca vou conseguir me casar com ninguém” (Eliane).

A opinião dos pares, quando tomam conhecimento da iniciação, é essencial no processo de percepção de cada um no que tange à performance sexual. É fundamental, para a compreensão masculina, que o homem se mostre ativo e pronto a explorar todas as possibilidades do ato sexual. Nesse sentido, o comportamento do homem se desdobra dentro dos modelos de masculinidade disponíveis: o do namorador (que coleciona casos rápidos), o do garanhão (que é o namorador num grau mais acentuado), o do tímido (que mostra dificuldades em lidar com o gênero oposto, normalmente considerado

como incapaz ou inábil por seus pares). A aceitação intragênero desempenha papel essencial na construção da identidade masculina. É fundamental viver um processo de iniciação, que normalmente envolve

[...] tomar a iniciativa de buscar uma mulher que os pares considerem adequada, ultrapassar as barreiras de aproximação com o sexo oposto através do jogo de sedução, manter a posição masculina de (relativa) superioridade sobre a parceira e, finalmente, poder contar ou mostrar para a rede de amigos que essa etapa foi cumprida (HEILBORN, 1999, p. 47).

Já no que concerne às interlocutoras femininas, embora atualmente se registre uma mudança nos padrões de gênero assimétricos, ainda persiste o duplo padrão. As mulheres pesquisadas também exprimem a expectativa de que a afetividade, evidenciada no sexo, conduza a relação para além dele. “Para esse conjunto de mulheres, é como se o amor validasse o sexo. Assim, algumas consideram que sua iniciação foi boa porque elas amavam seus parceiros, estavam apaixonadas. E colocam ressalvas em graus variados ao sexo sem amor” (HEILBORN, 1999, p. 50).

No Brasil, herdeiro da cultura latina da Europa mediterrânea, há uma moral baseada em valores de honra e de vergonha, oriunda principalmente de Portugal e da Espanha (Goldenberg, 1991). Tais prescrições indicam um comportamento de proteção dos homens em relação à honra de suas esposas, irmãs e filhas, em detrimento de uma transgressão da honra das demais mulheres. Estas atitudes reforçam o brio masculino, e, quando ocorre o contrário, há ameaça na masculinidade. Então, a ideia de honra, compreendida aqui como “valor associado à imposição de um comportamento para a mulher que passa pelo controle do seu corpo e da repressão da sua vida sexual” (Brasil,

2009, p. 79), em moldes semelhantes aos do modelo patriarcal, ainda figura nas representações de masculinidade e de feminilidade:

“Morro de medo que alguém descubra. Com o meu namorado, eu fingi que era virgem... Ele diz que quer casar comigo... Tenho quase certeza, que se ele descobre a verdade, vai me largar por aí como uma qualquer...” (Renata).

“Minha mãe falou que me põe pra fora de casa se meu pai descobrir ou os vizinhos. Ela diz que não tem jeito, já tá feito, vá lá, mas se eu aparecer grávida, não vai dá pra negar e aí acabou a minha vida” (Jessica).

Ao contrário de algumas falas que se remetem a complementaridade de papéis, muitas interlocutoras professam forte diferenciação entre os gêneros e pouca consciência da sua importância no grupo familiar. O homem continua a figurar como um ideal na vida de muitas delas.

Para essas mulheres, relevante é a expectativa de terem para si um homem provedor de recursos e de respeito, cumpridor das obrigações morais com a casa e com a família; elas, por sua vez, cumprem com as responsabilidades que lhes caberiam: administrar os gastos familiares, controlar os recursos do grupo, cuidar e educar os filhos, executar as tarefas domésticas e contribuir, de forma considerada sempre secundária, com a ampliação da renda familiar (HEILBORN, 1999, p. 52).

Também é perceptível que elas se preocupam com o prazer masculino, em detrimento do seu. Elas se esforçam por perceber e por contemplar as necessidades sexuais dos homens, por acreditar que, caso não o façam, eles podem deixá-las, e também por achar que isso faz parte da sua obrigação conjugal. O sexo representa uma forma de “pren-

der” o companheiro e de proporcionar casamento, aliança respeitável, casa e filhos, ou seja, um elemento com valor de troca.

O sexo apresenta-se como uma freqüente estratégia no estabelecimento de vínculos, possibilitando a realização da aliança. Casamento, filhos e casa são valores centrais em seus projetos de vida. O sexo é, assim, uma forma de negociação com o parceiro masculino (HEILBORN, 1999, p. 53).

O sexo configura-se, assim, como um bem feminino a ser concedido ao homem, como base de um sistema de trocas e de obrigações, que deve ser administrado pela mulher. A despeito da modernidade dos debates atuais sobre sexualidade, as transformações nas relações não se efetivam quando se considera classe social, gênero e geração articulados, ainda se mantém um quadro permeado pela “dominação masculina”.

“Eu não criei filha pra isso, ela tem que trilhar o caminho reto. Por mim, é da faculdade pra casa, e ponto final. Um dia desse, ela me veio com uma arrumação de querer ir pro campo, diz que quer assistir futebol. Onde já se viu, uma moça no campo de futebol!? Isso é lugar de homem!” (Fernando).

“Há cinco anos, o meu filho veio me dizer que a namorada tava grávida. Claro que fiquei surpresa... eu pensava... assim... que ele tava namorando com ela... assim... com todo o respeito... né? Por um lado, até fiquei feliz... um neto... ele é homem... e homem, já viu né? Mas se fosse a minha filha, nem sei como ia ser. Como eu ia olhar pras pessoas? Ela tinha que se casar antes que a barriga aparecesse, de qualquer jeito” (Nazaré).

Heilborn percebeu que, para o homem, a sexualidade é uma obrigação social, que reforça a sua virilidade e que deve ser desempenhada como uma atuação técnica, e o mais frequente e variada possível; para a mulher, está vin-

culada a uma identidade religiosa e ao controle da família, marcada pelo pudor desejável nas representações femininas, em relação à sexualidade. Os comportamentos masculinos e femininos, no campo da sexualidade, geram apreensões positivas e negativas, valorizadas e desvalorizadas pela sociedade, em relação aos padrões instituídos.

“Eu já vinha percebendo há algum tempo... sabe... então perguntei pra minha filha: ‘Estás transando com esse teu namorado?’ E ela disse ‘Tô’. Onde já se viu, uma menina de dezenove anos, bem criada... Por que ela não se casa com ele logo? Meu maior medo é que ela fique grávida desse camarada, já pensou? O que eu vou fazer? E ela me diz que não quer casar, que tal? Ele é mais um desses rapazes que só querem se aproveitar das moças” (Ramira).

“Pra mim, não tem essa história de menina andar por aí transando com o namorado não. Quando a família descobre, tem mais é que fazer logo o casamento e ponto final. A minha filha veio me pedir dinheiro pra comprar remédio pra não engravidar. Eu que não vou sustentar essa sem-vergonhice. Aquele malandro que anda desrespeitando ela que ponha a mão no bolso pra isso. Já me basta ter que aturar uma filha desonrada, pagar por isso já é demais” (Bena).

Desse modo, a sexualidade se refere muito mais aos quadros mentais a ela correlacionados do que à atividade sexual como um fim em si mesma. É uma construção subjetiva fortemente influenciada pela cultura. Nas falas dos/das entrevistados/as, ainda transparecem, a despeito do desenvolvimento da organização social para além do modelo patriarcal, elementos oriundos desta estrutura, tais como: a naturalização da necessidade sexual masculina, como algo imutável no homem e como algo do qual as mulheres precisam se proteger (fala de Maria); o receio em se envolver sexu-

al e afetivamente com uma mulher que já teve experiências sexuais com outros homens (fala de Rodolfo), por motivos semelhantes, o rapaz que não pretende levar a sério uma mulher que tem um filho de outro e prefere casar-se com uma mulher da igreja (fala de Eliane); a mulher que fingiu ser virgem para o namorado, acreditando que ele não a aceitaria se fosse o contrário (fala de Renata); a desonra da família caso descubram que a filha não é mais virgem (fala de Jessica); a concepção de que existem atividades que são para homens e não para mulheres, a exemplo do futebol (fala de Fernando); a mãe que, embora preferisse que fosse diferente, acolhe o fato de que o filho, solteiro, engravide a namorada, por achar que a urgência sexual é natural no homem, mas não admite o mesmo com a filha (fala de Nazaré); a mãe que, ao descobrir que a filha mantém relações sexuais, quer logo fazer o casamento dela, o que inspira uma idéia de legitimação do ato sexual e exprime o medo e a impotência diante de uma possível gravidez (fala de Ramira); a mesma ideia que aparece na fala de Bena, que também vê as relações sexuais antes do casamento como um desrespeito e se recusa a participar de tal desonra, ainda que seja contribuindo com a compra de anticoncepcionais.

De modo correlato, está presente, ainda, nas representações dos/as interlocutores/as: a execução dos serviços domésticos, ou administração destes, como atividade feminina – as mulheres realizam essas atividades e ensinam as filhas a fazer o mesmo, a exemplo dos casos de Bena, de Nazaré, de Ramira e da mãe de Rodolfo; o fato de que pais devem incentivar as iniciações dos filhos em prostíbulo e a permanente infidelidade masculina, em consonância com a proteção da virgindade feminina até o casamento – como observado no caso de Fernando e das famílias de Jessica, de Nazaré e de Ramira; a necessidade de a mulher conseguir um casamento por segurança, por respeito e por

outros fatores – concepção presente em quase todos os/as interlocutores/as. Assim, considerando as bases patriarcais da sociedade brasileira, as significações sexuais e as representações de feminilidade e de masculinidade vistas aqui se situam num padrão hierárquico:

As revoltas políticas de massa que lançam velhas ordens no caos e fazem surgir novas podem revisar os termos (e por isso a organização) do gênero na sua busca de novas formas de legitimação. Mas elas podem não o fazer; noções antigas de gênero têm também servido para validar novos regimes (SCOTT, 1995, p. 92).

Portanto, o modelo patriarcal, já em desuso há décadas, ainda se manifesta nas performances do imaginário sexual dos interlocutores/as desta pesquisa, cujas representações de feminilidade e de masculinidade se circunscrevem em relações de poder e dominação, como transparece nas falas dos/as entrevistados/as. Além disso, fica claro que são múltiplos os significados de gênero, embora os comportamentos emergentes no trabalho de campo apontem para representações de feminilidade e de masculinidade que se aproximam dos prescritos pelo patriarcado. Contudo, é necessário reconhecer que

[...] “homem” e “mulher” são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contêm dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1995, p. 93).

O que decorre, igualmente, numa dificuldade de apreender tais categorias. Alguns dos estudos sobre gênero na Amazônia também chamam atenção para essa complexidade teórica. Simonian (2001) aponta a importância

de reconhecer e de pensar as diferenças no uso da categoria ‘mulheres’ – e da categoria ‘homens’, conforme o conceito de gênero utilizado nesta pesquisa, que os articula um com o outro e não os concebe isoladamente –, já que há uma diversidade a partir das experiências de classe, de raça, de etnia e de sexualidade, dentre outros elementos, concepção que se coaduna com os escritos de Scott (1995), autora prestigiada por suas análises das relações de gênero. Álvares (2008) considera que, além disso, a sobrecarga feminina – que envolve os desdobramentos da mulher como executora e/ou administradora do trabalho doméstico, prestadora de serviços físicos e psicológicos aos membros das famílias, administradora da unidade doméstica e da manutenção da rede de parentesco e de amizade –, tão visível na região amazônica, também é um desdobramento do sistema patriarcal, a exemplo das representações de feminilidade e de masculinidade expressas pelos/as interlocutores/as deste trabalho.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, M. L. M. Mulheres, trabalho, família: olhar, olhares. **Margens** (UFPA), v. 1, p. 11-22, 2008.

_____. Rompendo Bloqueios: modelos de submissão feminina e práticas (in) submissas no Pará, nas décadas de 1910-1920. In: C. L. Duarte. (Org.). **Anais do III Encontro da Rede Regional Norte-Nordeste de Núcleos de Estudo e Pesquisa sobre Mulher e Relações Sociais de Gênero - REDOR**. Natal-RN: Gráfica UFRN-CCHLA, 1995, p. 159-172.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; D'INCAO, Maria Ângela (Orgs.). **A mulher existe?** Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia. Belém: GEPEM, 1995.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na**

escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos – IMS/UERJ. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

D'INCAO, Maria Ângela (Org.). **Mulher e modernidade na Amazônia**. 1. ed. Belém: CEJUP, 1997. v. 1.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Volume 1: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. I A vontade de saber. 13ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979; organização e tradução de Roberto Machado.

FRY, Peter. **Para inglês ver:** identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOLDENBERG, Mirian. **Ser homem, ser mulher:** dentro e fora do casamento. Estudos Antropológicos. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Sexualidade:** o olhar das ciências sociais. IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999. p. 40-59.

_____. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(1): 43-59, janeiro-abril/2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Cultural Carlos Chagas**. v. 37, n. 132. set./dez. de 2007. p. 595-609.

ORTIZ, Renato (Org.). Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu: sociologia [1930]**. Tradução de Paula Montero e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Best Seller, 1991.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex." In: REITER, R. (Ed.). **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210. Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania.

SCOTT, Joan W. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**. n. 3. Campinas/SP, 1994.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. n. 20, ano 2. jul./dez. de 1995. p. 71-99.

_____. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. SOS Corpo e Cidadania: Recife, 1990.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: **Debate Feminista – Cidadania e Feminismo**. Número especial em português. 2000.

SILVA, Christian Nunes da; SIMONIAN, Lígia T. C. A questão de gênero: um breve estudo no estuário amazônico. **Papers do NAEA**. n. 200. Dezembro de 2006. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

SIMONIAN, Lígia T. C. **Mulheres da Floresta Amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, "raça", sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Estudos Feministas**. 14 (1): 336. Florianópolis, jan./abr. de 2006. p. 15-42.

WELZER-LANG, Daniel. Os homens e o masculino numa perspectiva de relações sociais de sexo. In: SCHPUN, Mônica Raisal (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.